

Contas Públicas Estaduais

As contas do Estado até agosto de 2020 está em melhor situação quando comparado ao mesmo período de 2019, até agosto de 2019 o resultado primário, diferença entre receita e despesa primária não financeira, foi de cerca de R\$622 milhões, em 2020 o resultado foi de pouco mais de R\$1 bilhão de reais. O resultado primário representa o esforço fiscal do governo para diminuição do estoque da dívida, basicamente se o governo apresenta um resultado primário negativo, isto é, um déficit primário, ele necessita financiar seus gastos elevando a dívida, o inverso, quando se apresenta superávit primário há um esforço no sentido de diminuir dívida. A Figura xx apresenta variação da receita e despesa primária do Tocantins até o bimestre em relação ao mesmo período do ano passado.

Em todos os bimestres de 2020, a despesa primária cresceu a uma taxa maior que a receita primária, exceto para o quarto bimestre, o que não se traduz em elevação da dívida, mas se a tendência persistir, i.e., uma taxa de crescimento da despesa acima da receita, irá gerar desequilíbrio e elevação da dívida. Observa-se que embora a despesa cresça a uma taxa mais elevada, ela vem caindo desde o primeiro bimestre, onde cresceu mais de 30% quando comparado ao primeiro bimestre de 2019. No quarto bimestre de 2020 a receita superou a despesa.

O crescimento das despesas primárias nos primeiros bimestres de 2020, se deve em boa parte a um crescimento das despesas com pessoal e encargos sociais, essas se referem a gastos com pessoal ativo, inativo, pensionistas entre outros. No primeiro bimestre de 2020, essa conta cresceu 37,89% em relação ao mesmo período do ano passado. No acumulado até agosto o crescimento foi de apenas 0,76%.

A Figura xx mostra as despesas por função, despesas com judiciário e previdência social tiveram um crescimento real no acumulado até agosto quando comparado ao mesmo período de 2019, os gastos com judiciário cresceram cerca de 18% e com previdência social aproximadamente 16%. Os gastos com assistência social cresceram substancialmente, mas tiveram pouco impacto na despesa, até o quarto bimestre o governo gastou R\$49 milhões.

Administração, Educação e Segurança Pública encolheram seus gastos no quarto bimestre de 2020, em 2019 educação e administração já apresentavam encolhimento em relação a 2018.

As despesas com pessoal em relação a receita corrente líquida, Figura XX, descreve o quanto da receita foi para despesas com pessoal no acumulado do ano. A Lei de Responsabilidade Fiscal impõe limites para gastos com pessoal, para o exe-

Figura 1.1.1 Variação da receita e despesa primária acumulada

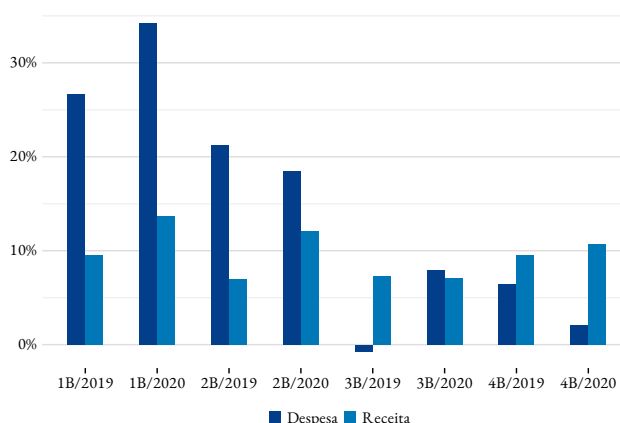
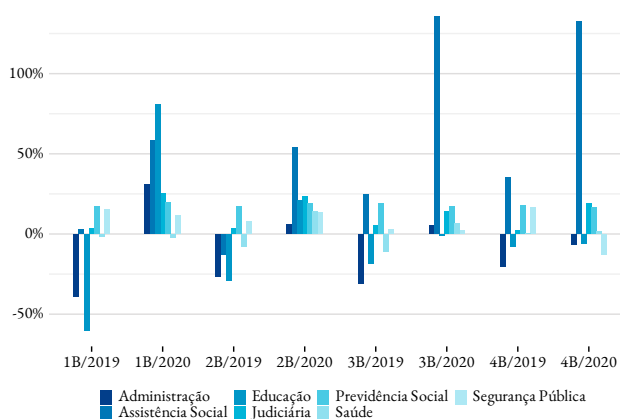


Figura 1.1.2 Variação da despesa por categoria



cutivo estadual o limite máximo é de 49%. Caso o executivo ultrapasse 95% do limite prudencial ($95\% \cdot 46,55\% = 42,22\%$), fica vedado criação de cargos, reajustes, entre outros que caracterizem aumento da despesa. Até agosto de 2019, a relação despesa/receita ficou em 47,67%, abaixo do limite máximo, mas acima do limite prudencial. Para esse ano, o estado não ultrapassou o limite prudencial, por uma pequena margem. Um recuperação na receita ao longo do último quatro meses sem alterar as despesas com pessoal pode deixar o estado abaixo do limite prudencial.

Capacidade de Pagamento do Estado

O cálculo da capacidade de pagamento (CAPAG) traz informações a cerca da situação fiscal do Estados e Municípios. A nota é utilizada para Estados contrair empréstimos com garantia do Governo Federal. A nota atribuída a cada Estado ou Município é derivada de três indicadores: endividamento, poupança corrente e liquidez. Em 2020 apenas o Espírito Santo obteve nota A. O Tocantins ficou com nota C por três anos seguidos. Notas A e B permite que o Estado receba garantia da União para pedir novos empréstimos.

Dos Estados da região, os que apresentaram pior nota foi Roraima e Tocantins. Rondônia aparece como o Estado com melhor evolução, melhorou sua nota de B para A entre 2019-2020, a queda no endividamento de 65,41% para 57,6% e a redução na relação obrigações financeiras/disponibilidade de caixa, diminuindo sua liquidez para 19,1% garantiu nota A em todos as categorias do CAPAG.

O Tocantins apesar se manter a mesma nota, teve pioras em todos os indicadores: endividamento, poupança corrente e liquidez. O seu endividamento que é a dívida consolidada bruta em relação a receita corrente líquida aumentou de 46,35% para 67,6%, a poupança corrente que corresponde a relação despesas correntes e receita correntes ajustadas também apresentou uma pequena piora, de 94,56% para 95,9%. Quanto menor o índice de poupança corrente melhor, pois melhor será a capacidade da receita corrente de financiar investimentos. O último indicador é o de liquidez, para obter nota A, o Estado ou Município deve ter um índice menor que 100%, o que significa que sua disponibilidade em caixa é maior que suas obrigações financeiras. O Tocantins tem um índice de 577,5%, em 2019 era 539,40%.

De todos os indicadores do Estado, endividamento e poupança corrente estão em melhor situação, pois estão mais próximo do limite para receber uma melhor nota. Para conseguir uma nota A no índice de endividamento o Estado deve conservá-lo abaixo de 60%, atualmente está com 67,6%. No índice de poupança corrente, para garantir uma nota B o índice deve maior ou igual a 90% e menor que 95%. Para uma nota A, basta que seja menor que 90%, atualmente está em 95,9%, bem próximo de 95%.

O índice de liquidez é uma situação mais delicada, ele tem maior peso na nota final, para que um Estado ou Município obtenha nota A no CAPAG. Para ter uma nota B é necessário obter A no índice de liquidez e nota acima de C na poupança, independente da nota do endividamento. Logo nota-se sua importância, pois se o Estado busca melhorar sua nota tem que pelo menos ter A de liquidez. O Tocantins tem 577,5% de liquidez, valor muito acima de 100%. O esforço logo deve ser maior nesse índice caso queira obter uma melhora, o caminho é melhorar a relação obrigações financeiras e disponibilidades de caixa bruta, ou diminuindo as obrigações em relação a disponibilidade, ou o inverso, aumentando a disponibilidade, isto é, ativos de alta liquidez, e diminuir as obrigações.

Tabela 1.1 Nota da capacidade de pagamento

UF	Endividamento		Poupança Corrente		Liquidez	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
AC	B	B	B	B	A	A
AM	A	A	B	B	A	A
AP	B	B	A	A	A	-
PA	A	A	B	B	A	A
RO	B	A	A	A	C	A
RR	A	A	A	A	C	C
TO	A	B	B	C	C	C

Fonte: Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais, 2019–2020/Tesouro Nacional